

O esforço dos estados

GAZETA MERCANTIL

Reduzir o déficit para cerca de 1% do PIB

por Maria Clara R. M. do Prado
de Londres

Virá dos governos estaduais e municipais neste ano o maior esforço para a melhoria da situação fiscal do País. O próprio governo federal está estimando que o déficit dos estados e municípios, pelo conceito operacional (que desconta os efeitos das correções monetária e cambial), chegue ao final de 1996 no nível de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), um resultado bem acima do déficit de 2,43% contabilizado no ano passado. O déficit do governo federal passaria de 1,66% do PIB para 0,85% do PIB este ano, uma melhoria equivalente a apenas 25% em relação ao aumento estima-



Yoshiaki Nakano

do em 44% no desempenho das demais esferas governamentais.

Os números são oficiais. Foram apresentados ontem durante seminário promovido pelo Banco Garantia, em Londres, pelo ex-secretário adjunto da Secretaria

de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gesner de Oliveira, que se prepara para assumir o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A previsão é de que o déficit global do setor público, também no conceito operacional, alcance 1,71% do PIB em fins de 1996, com as estatais federais apresentando superávit de 0,14% do PIB.

Ficou claro para os investidores britânicos presentes ao seminário que é cada vez mais apertado o espaço para o Executivo Federal conseguir ajustar as contas públicas este ano, mesmo contando com os sinais de que não haverá reajuste real de salário para os servidores. (Cont. A-5)

O esforço dos estados

por Maria Clara R. M. do Prado
de Londres
(Continuação da página A-1)

Os números do governo são ainda preliminares, mas existe a impressão de que os resultados podem piorar.

Um dos clientes do Banco Garantia lembrou que o ano mal começou e o Tesouro Nacional já acumula um déficit de mais de R\$ 3 bilhões. O Banco Garantia tem, na verdade, uma estimativa de déficit operacional para 1996 menos otimista do que os números do governo, segundo qualifica seu principal economista, Rodrigo Azevedo: um déficit total de 3,5% do PIB, com o grande peso, equivalente a 2,1% do PIB, recaído sobre o governo federal.

Também ficou claro para quem passou a manhã no Hotel Savoy, ouvindo atentamente as discussões sobre os desequilíbrios do setor público brasileiro, que é pequena a margem de manobra política para o governo fazer aprovar ainda neste semestre

as reformas da Previdência social e da administração pública.

O cientista político Bolivar Lamounier, que participou do seminário, foi cauteloso: "As chances de aprovação das reformas agora são menores do que há três meses, mas ainda é possível que isso ocorra até o começo de junho", disse. Ele destacou o arranjo político que o presidente Fernando Henrique Cardoso foi obrigado a fazer – buscando formar a maior coalizão política da história do País, com 79% da Câmara e Senado juntos – e que obriga o Executivo a calibrar as suas propostas de reforma pela média do Congresso Nacional. Bolivar prevê também que a popularidade do presidente tenderá a cair um pouco nas próximas pesquisas de opinião pública na medida em que os benefícios do Plano Real já foram incorporados pela população.

Ao contrário do imobilismo em que parece ter sido confinado o governo federal devido às restrições de toda a ordem – legais, políticas e técnicas –, os estados estão con-

Necessidade de financiamento do setor público

(% do PIB - Resultado operacional*)			
	1995	1996	%
Governo federal	1,66	0,85	25
Estados e municípios	2,43	1,00	44
Estaduais	0,87	-0,14	31
Total	4,95	1,71	100

Fonte: Banco Central * Inclui juros

seguindo respirar mais e têm encontrado meios de amenizar suas dificuldades fiscais.

O governo do Rio de Janeiro, por exemplo, demitiu só em fevereiro cerca de cinco mil funcionários públicos que trabalhavam em empresas públicas do estado e cujos custos pesavam sobre o orçamento. O secretário de Finanças do Rio de Janeiro, Edgar Monteiro Gonçalves da Rocha, contou para este jornal que os custos tra-

balhistas daquelas demissões foram cobertos com os recursos de um empréstimo no valor de R\$ 60 milhões junto à Caixa Econômica Federal (CEF), de acordo com a linha de crédito para aquela finalidade prevista no voto 162 – aprovado pelo Senado Federal em novembro passado e que contém novas regras para contratação de operações de ARO (adiantamento de receita orçamentária).

O governo do Rio deve assinar

proximamente um acordo com o Banco Mundial, no valor de US\$ 500 milhões, que serão aplicados em um projeto de reformulação e modernização da administração, contemplando inclusive recursos para cobertura de novas emissões de funcionários públicos estaduais.

Também Yoshiaki Nakano, secretário de Finanças de São Paulo, diz ter motivos para estar confiante. À parte o Banespa, que reputa como o único grande problema que ainda tem de ser resolvido, ele garante que conseguiu avançar significativamente nos cortes dos gastos públicos, demitindo pessoal e reduzindo ao mínimo as despesas com investimentos. No final de 1995, a diferença entre a arrecadação e a despesa do governo estadual era de apenas 3% (representando R\$ 791 milhões), extremamente mais baixa do que o buraco de 18% (de R\$ 4,970 bilhões) que herdou do governo anterior. "Eu mesmo custo a acreditar que conseguimos fazer tanto", comentou ele para este jornal.

O governo paulista cortou em 1995 cerca de 30% do quadro de funcionalismo através de demissões, mas o efeito sobre as contas acabou não sendo tão grande porque as negociações trabalhistas dos sindicatos acabaram por impactar a folha de pagamentos com aumento de 35% nos salários.

Nakano falou no seminário sobre o programa que o governo de São Paulo vai implementar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 60 milhões, para modernizar a administração da arrecadação fiscal e que deve entrar em operação já no segundo semestre deste ano. O programa vai investir na informatização de todo o setor de arrecadação. Além disso, o governo está montando uma central única que vai reunir informações de todos os órgãos da administração estadual, incluindo as empresas públicas que não estão na lista de privatização, de modo a que haja condições para um controle mais rigoroso sobre os gastos.